

NIVEL SUPERIOR



Quem Somos

A Domina Concursos, especialista no desenvolvimento e comercialização de apostilas digitais e impressas para Concurso Públicos, tem como foco tornar simples e eficaz a forma de estudo. Com visão de futuro, agilidade e dinamismo em inovações, se consolida com reconhecimento no segmento de desenvolvimento de materiais para concursos públicos. É uma empresa comprometida com o bem-estar do cliente. Atua com concursos públicos federais, estaduais e municipais. Em nossa trajetória, já comercializamos milhares de apostilas, sendo digitais e impressas. E esse número continua aumentando.

MISSÃO

Otimizar a forma de estudo, provendo apostilas de excelência, baseados nas informações de editais dos concursos públicos, para incorporar as melhores práticas, com soluções inovadoras, flexíveis e de simples utilização e entendimento.

VISÃO

Ser uma empresa de Classe Nacional em Desenvolvimento de Apostilas para Concursos Públicos, com paixão e garra em tudo que fazemos.

VALORES

- Respeito ao talento humano
- Foco no cliente
- Integridade no relacionamento
- Equipe comprometida
- Evolução tecnológica permanente
- Ambiente diferenciado
- Responsabilidade social



HABILITADA P/ IMPRESSÃO



PROIBIDO CÓPIA

Não é permitida a revenda, rateio, cópia total ou parcial sem autorização da Domina Concursos, seja ela cópia virtual ou impressa. Independente de manter os créditos ou não, não importando o meio pelo qual seja disponibilizado: link de download, Correios, etc...

Caso houver descumprimento, o autor do fato poderá ser indiciado conforme art. 184 do CP, serão buscadas as informações do responsável em nosso banco de dados e repassadas para as autoridades responsáveis.



Conhecimentos específicos

*"Camuflar um erro seu é
anular a busca pelo
conhecimento. Aprenda
com eles e faça novamente
de forma correta."*

Nara Nubia Alencar

Pressupostos Históricos, Teóricos e Legais da EJA no Brasil

Este artigo versa sobre os “pressupostos históricos, teóricos e legais da EJA”, o objetivo central foi investigar historicamente o marco político da educação de jovens e adultos no Brasil. O problema pesquisado foi analisar historicamente como este caminho foi construído para obter a educação de jovens e adultos como política pública. E compreender a real importância desta política para o âmbito da educação no país. Interessa, portanto essa pesquisa, pois este estudo está voltado em compreender a EJA como política pública mediante o processo de ensino-aprendizagem que envolve a sociedade, aluno e professor e suas estratégias sugeridas para superação das dificuldades encontradas nesse contexto.

O desdobramento do material bibliográfico coletado mostrou o quanto a EJA como política pública pode contribuir com a excelência educacional no Brasil, ao utilizar estratégias dos movimentos educacionais e sociais em favor de uma educação justa de qualidade e de direito a todos. A metodologia utilizada para construir este artigo foi a pesquisa bibliográfica para alcançar seus objetivos educacionais. Contextualizar o histórico da modalidade da educação de jovens e adultos no Brasil, pontuar conquistas, desafios e contribuição do marco legal e aprovação da EJA, como também os autores brasileiros como Di Pierro, Eugênio, Fávero, Paiva, Piletti, Souza, Freire, foram os expoentes que contribuíram com a pesquisa.

A pesquisa se fundamenta em conceitos de Di Pierro, Eugênio, Fávero, Paiva, Piletti, Souza, Freire, dentre outros autores. Que caracterizam o percurso da EJA como política pública da educação como modalidade de ensino-aprendizagem para jovens e adultos.

Estes autores pontuam que a educação de jovens e adultos no Brasil sempre foi marcada por movimentos ou iniciativas individuais de grupos, órgãos públicos e privados ou pesquisadores decididos a enfrentar o problema da existência de uma enorme população que não teve oportunidade de frequentar a escola em tempo regular.

A problemática educacional no Brasil, está marcada pela exclusão de camadas populares da sociedade que vem interditando inúmeros cidadãos a possibilidade de acesso ao universo de saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento.

Para além da necessidade de alfabetização, a perspectiva da totalidade da escolarização fundamental como patamar mínimo para a qualificação pessoal e profissional do sujeito, como cidadão para o acesso aos diferentes espaços culturais e como elemento possibilitado de reflexão e posicionamento político e autônomo.

A alfabetização de jovens e adultos é um desafio, não só para administradores governamentais, universidades, professores, como também para toda a sociedade e o próprio aluno.

As bases do conhecimento sistematizado deverão estar em seus aspectos sócio-econômico-político-culturais, visando a construção da consciência crítica e reflexiva, onde as capacidades, atitudes e valores se tornam necessários para que as pessoas melhorem a qualidade de vida e continuem aprendendo, tendo uma vida justa e digna.

O objetivo deste é contribuir e desenvolver um olhar crítico para a educação de jovens e adultos como política pública estatal para os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino principalmente no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Desta forma, o método a ser utilizado no presente trabalho será uma revisão de cunho bibliográfico partindo do problema apresentado relatado a partir das referências teóricas científicas publicada em documentos. Consegue-se verificar a importância da EJA como política pública para o âmbito da educação como modalidade de ensino-aprendizagem para jovens e adultos no Brasil.

A trajetória da EJA no Brasil: como política pública

Para Freire (1989), a educação popular no Brasil desde o princípio de sua trajetória histórica impõe como luta a garantia do direito a educação. Esses traços deparam-se com os ensaios dos movimentos de educação popular. Hoje no país a política de EJA se consolida como política pública de educação que se expande de forma intensa pelo país. E é nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta que o movimento repercutir o extravasamento das lutas pela educação popular ganhando mais força.

Segundo arroyo (2006) o princípio histórico da educação de jovens e adultos é delineado por tensão, crise e conflitos, dentro de um contexto de interesses diversos onde nem sempre havia acordo ou qualquer tipo de ajuste. Entretanto essa história atrela-se ainda aos movimentos de luta pela educação como direito a educação popular, no âmbito da educação formal, através das vastas experiências no Brasil. No território da educação de adultos, Paulo Freire em seu legado estabelece teorias e pensamentos que legitimaram rupturas de paradigmas fundamentais na maneira de pensar e fazer educação no Brasil.

Paiva pontua que a essência da história da EJA no Brasil se atribui a história de experiências, para tanto não se sucede de conjectura governamentais e/ou estatais. À, entretanto um desvio do movimento de educação de base (MEB), do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) e do programa alfabetização solidária (PAS), que se compuseram como políticas e/ou programas do Estado.

Segundo Brandão (1982) os projetos de educação popular entendido como um processo educacional ligado aos interesses dos setores populares que se fazem através de uma formação contínua da transformação da realidade a partir do envolvimento dos sujeitos participantes. De acordo com a literatura, algumas linhas ajudaram a formar a história da EJA no Brasil, por perCEBer que transpõem os modos de desenvolver educação de jovens e adultos, e a execução de políticas educacionais nesta esfera, a saber:

A alfabetização amortizada à decodificação do sistema alfabético/ortográfico e o analfabetismo como doença a ser desenraizada; 2) a alfabetização como estratégia de aumento da base eleitoral; 3) a educação de adultos como estratégia de qualificação de mão de obra; 4) a educação de jovens e adultos como ação compensatória, tendo como função repor a escolaridade não realizada na infância ou juventude; 5) a educação de jovens e adultos como processo formativo e direito de cidadania.

Para Freire (1989), nestas linhas podemos compreender que as propostas oficiais voltadas à educação de adultos surgem tendo como eixo principal a alfabetização, a instrução da leitura e da escrita (aqui compreendido como decodificação do sistema alfabético/ortográfico). Estas ações constituíram na Brasil Colônia, período em que a alfabetização permaneceu voltada à catequese e a formalidade das ordens que provinham da corte. O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da república no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permaneciam analfabetas.

Até esse período, a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas. Isso só viria a ocorrer em meados da década de 1940. Havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares, normalmente interpretada como instrução elementar das crianças (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 110)

Para estes autores, com o advento de mudanças e o fenômeno da industrialização que expandia no Brasil nas décadas de 30 e 40, intervenções e programas de alfabetização de adultos se sobressaíram. Esta foi a ocasião em que precedeu as posições das ações educacionais aos adultos que se realizam de forma mais veemente. Lidávamos aí com mudanças na economia do país, ajustado em modelos desenvolvimentistas, onde ocorria a mudança de um modelo agrário-rural, para um modelo industrial-urbano. Dando a existência da necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada para a industrialização que crescia ainda mais e para expandir a base eleitoral, foram efetuadas ações no meio rural, com a finalidade de minimizar o analfabetismo, pois o analfabeto não exercia o direito ao voto. Haja vista que na década de 40 no Brasil, segundo os autores, o censo apontava uma taxa aproximada de 55 % da população como analfabeta.

Segundo Di Pierro; Joia e Ribeiro (2001) é no auge dos anos 40 que a educação de adultos PASsa a fazer parte da política educacional, dando realce a campanha nacional de educação de adultos, realizada por Lourenço Filho no ano de 1947. Foi no governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK) que a educação de jovens e adultos adquiriu grande importância. Dando destaque tanto à educação de adultos por consentir sustentação política dos grupos no poder, quanto por tornar viável a qualificação da força de trabalho essencial ao processo de industrialização na década de 50.

Afirma Fávero (2009), que o então presidente da república Juscelino Kubitschek, em seu discurso, durante o acontecimento do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no ano de 1958 na cidade do Rio de Janeiro sob a organização do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pontuou qual a relevância da educação dos adultos.

Segundo fávero (2009):

Cabe, assim, à educação dos adolescentes e adultos, não somente suprir, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, mas também e muito principalmente, dar preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira. Vivemos, realmente, um momento de profundas transformações econômicas e sociais na vida do país.

A fisionomia das áreas geográficas transforma-se contínua e rapidamente, com o aparecimento de novas condições de trabalho que exigem, cada vez mais, mão de obra qualificada e semiquificada. O elemento humano convenientemente preparado, que necessita nossa expansão industrial, comercial e agrícola, tem sido e continua a ser um dos pontos fracos da mobilização de força e recursos para o desenvolvimento. Essa expansão vem sendo tão rápida e a consequente demanda de pessoal tecnicamente habilitado, tão intensa, que não podemos esperar a sua formação regular de ensino; é preciso uma ação rápida, intensiva, ampla e de resultados práticos e imediatos, a fim de atendermos os reclamos do crescimento e do desenvolvimento da nação (fávero, 2009, p. 61)

Para machado (2009), com a formação de mão de obra para a indústria, a educação de jovens e adultos ganha força na medida em que o crescimento econômico necessita de operários capacitados para o trabalho. Ou sEJA, o ponto principal deste debate está inteiramente vinculado ao cunho econômico e político. Esta autora observa que a educação formal, se arranja em meio às necessidades do mercado. A partir das mudanças econômicas e políticas vigentes, e pela exibição do objeto que se propõe.

Entre experiência e repressão no campo da educação de EJA no Brasil

Fávero (2009), afirma que a transição do final da década de 50, e início dos anos 60, foram marcados pela explosão cultural e política no Brasil. Sob a educação de adultos, emerge por Paulo Freire outro olhar mediante aos seus questionamentos no que se diz respeito à forma e às condições de infraestrutura que esta educação se realizava. Freire atribui ao processo de alfabetização o caráter de criação, ao qual a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

De acordo com este autor, a partir dos movimentos desta década surgiu a necessidade de erguer uma educação de adultos posicionada à transformação social que não tivesse como finalidade somente a conexão dos segmentos populares ao procedimento de modernização em curso. Pontua ainda que durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos já havia ponderado a necessidade de serem elaboradas proposições pedagógicas que lincassem a educação aos desafios da sociedade, erguendo métodos que dessem preferência à participação do povo na vida política do país.

Para fávero, a partir deste momento a educação principiava a origem do diálogo educativo e o processo de aprendizagem do educando como sujeito atuante de transformação social e produtor de cultura. Este autor (2009), afirma que a origem deste experimento se deu por Freire em Angicos (RN), no início da década de 60, onde pôs em prática seu método para alfabetizar trabalhadores rurais. Este método abrangia três etapas: averiguação do universo vocabular dos participantes, tendendo a criar palavras geradoras; utilização de tema vocabular codificando-os, decodificando-os e contextualizando-os; gerador de dificuldades que objetiva a conscientização dos educandos. Com o intuito de praticar exercício, melhorar a habilidade de ler e escrever a realidade do dia-a-dia pelos próprios educandos.

No dizer desse autor, o então presidente João Goulart com o feito desta experiência propôs a Freire que criasse um plano que traçasse os caminhos da alfabetização de adultos no país. Desta forma, foi criado o plano nacional de alfabetização de adultos em 21/01/1964, cujo, a meta era a alfabetização de 2 (dois) milhões de pessoas através da criação de 20 (vinte) mil círculos de cultura no Brasil. Segundo Brandão (1982), ao fazer uma avaliação das experiências efetivadas no período de, 1959 a 1964, aponta determinadas diferenças cruciais que distinguiram as experimentações deste período.

Para o referido autor os movimentos educativos estavam com as suas práticas voltadas para o âmbito do exercício da cidadania tendo como propósito a interrupção das camadas populares no cenário social e político

Brandão (1982, p. 26), afirma que a ação educativa foi um convite contra a luta do imperialismo pela transformação nas condições sociais instituídas, não se sujeitando às promessas anteriores de “[...] integração dos indivíduos na realização do projeto social legitimado pelo poder gerente da sociedade, sem colocar em questão o estabelecido”.

Para soares (2002, p. 102-103), “[...] o modelo de desenvolvimento adotado pelos novos donos do poder entendia como ameaça à ordem tais planos e programas”. A autora destaca, que houve violência, repressão, censura e perseguição no campo da educação, da cultura popular e dos movimentos sociais e, por conseguinte a todos que lutavam por uma educação melhor e ou insistiam em experiências neste segmento. Portanto, os programas viventes deixaram de ocorrer sendo cessados bem como os materiais produzidos foram apreendidos.

Segundo soares (2002, p. 12), “sob a lupa dos donos do poder, o brasil tinha por obrigação ser mais potente, se munindo por grandes obras. Porém como construir uma nação sem mão de obra qualificada?” com relação a este ponto, na esfera da educação de adultos, o governo militar em 1967, cria novos programas na área da educação, o movimento brasileiro de alfabetização (Mobral). Paiva (2006) afirma, que ajustados a um conjunto de idéias na fundamentação desenvolvimentista-militar, as ações apontavam que a redução do analfabetismo era o caminho mais adequado para o país sair do retrocesso.

De acordo com soares (2002, p. 103), “[...] o Mobral constituiu-se como fundação, com autonomia gerencial em relação ao ministério da educação”. Ele aceitava os recursos ofertados pela loteria esportiva e deduções do imposto de renda, o que provocou uma grande procura pela alfabetização. Para a autora, estas comissões apresentavam uma forma de atuar verticalizado e centralizador, onde tudo era rigorosamente controlado pelas equipes do Mobral.

O Mobral foi abolido em 1985, no ensejo da nova república, momento este também de proclamas batizado de “redemocratização do brasil”, ao qual foi sucedido pela fundação educar. Paiva (2005) afirma que a partir dos anos 70, com a implementação da lei 5. 692/71, o ensino supletivo sobrevém, segundo paiva (2005, p. 19), “a configurar-se como uma modalidade compensatória de educação de jovens e adultos, afastando-se de modo convicto do ponto de vista da educação como direito”.

Para vieira (2006), a lei em discurso deu a existência de regras para oferecer o ensino supletivo, para parte da população que não conseguiu concluir o processo de formação escolar na idade prevista. A partir deste momento estabeleceu os exames supletivo como máquina de certificação, trocando os antigos exames de madureza ginasial. Esta lei 5. 692/71, segundo a autora, também tornou obrigatória a oferta de vagas em escolas públicas diminuindo a faixa etária de 7 a 14 anos, um significativo grande da população jovem e adulta teve como alternativa o ensino supletivo, os tele cursos e as classes de alfabetização do Mobral.

Um direito público como política estatal: novos desafios no processo de ensino-aprendizagem. Devido ao processo de redemocratização do brasil o campo da educação de jovens e adultos atravessaram várias batalhas. Neste contexto, várias foram as colisões travadas com o intuito da possibilidade de estabelecer a educação de jovens e adultos como política pública. Porém foi em 1988 com a proclamada constituição federal que instituiu o ensino de jovens e adultos como direito público, de acordo com o seu artigo 4:

Art. 4 o dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: i – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; ii – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio; [...]; vi – oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando; vii – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...] (brasil, 1988a)

Com a implementação da lei 9. 394/96, que se denomina lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) as batalhas pelo direito à educação de jovens e adultos alteram o processo de fortalecimento da EJA para uma política estatal, machado (2009) relata que:

[...] o governo que sanciona a LDB apresenta vetos à outra lei contemporânea que criou o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (fundef), lei 9. 424/96, os quais atingem diretamente a EJA . Os vetos do presidente fernando henrique cardoso que

as matrículas de EJA fossem consideradas na redistribuição dos recursos do fundo vão na contramão da garantia do direito explicitado no art. 4 da LDB. (machado, 2009 p. 20)

Frente à oposição e ao obstáculo desta lei com todas as problematizações, confrontos e debates, vários foram tantos outros embates de lutas que se intensificaram para o fortalecimento da EJA como política pública. Nem o programa alfabetização solidária (PAS) instituído pelo governo federal em 1995 não conseguiu atingir o êxito aguardado.

Machado (2009), confirma que várias questões únicas não ajudaram o PAS a se estabelecer com qualidade como uma política de combate ao analfabetismo. Em outro aspecto, as batalhas pela alfabetização prosseguiram e o país fortalecia ainda mais as discussões a respeito da EJA como modalidade da educação básica, como caracterizada na LDB. Com isso, machado (2009) relata que:

Isso resultou numa demanda dos conselhos estaduais de educação (CEE) e dos fóruns de EJA ao conselho nacional de educação (CNE) para uma explicitação desse novo sentido atribuído à EJA e desencadeou a realização de audiências públicas para discutir o tema, cujo resultado encontra-se sistematizado no parecer CNE/CEB nº 11/2000, elaborado pelo conselheiro Carlos roberto jamil cury, que trata das diretrizes curriculares nacionais para EJA . (machado, 2009, p. 21)

Esta autora afirma que o reconhecimento da EJA como uma política pública, além dos pontos problemáticos entre confrontos e debates, tivemos outros pontos conflituosos. Todavia, um que nos desperta o interesse refere-se ao parecer regulamentado pelo fundo nacional de desenvolvimento da educação (fnde/mec), através da resolução fnde nº 10, de 20 de março de 2001, que “[...] consiste na transferência em caráter suplementar, de recursos financeiros em favor dos governos estaduais e municipais, destinados a ampliar a oferta de vagas na educação fundamental pública de jovens e adultos [...]” (machado, 2009, p. 23).

Para machado (2009, p. 23) “[...] a resolução cd/fnde nº 25, de 16 de junho de 2005, já não fará distinção de estados e municípios por índice de desenvolvimento humano (IDH), Passando a universalizar o apoio a todos os que têm matrícula em EJA ”. Ainda de acordo com a mesma autora (2009), já no governo lula, o “programa fazendo escola”, terá como referência a relação direta com estados e municípios para oferta de EJA , uma proposta diferente do governo fhc, que favorecia a parceria público-privada.

O programa brasil alfabetizando, atualmente ainda leva este nome, cujo objetivo principal era eliminar o analfabetismo no país. Porém, segundo machado, a não presença de instrumentos de acompanhamento de avaliação e de projetos que dessem seguimentos aos estudos dos jovens e adultos que comprovassem a consolidação de sua aprendizagem, bem como, no governo anterior aconteceu o rompimento dentro do próprio ministério da educação (mec) dos programas de educação de jovens e adultos.

Machado (2009), afirma que em 2004, iniciou-se a superação destas dificuldades com a substituição do ministro da educação e com a junção de diversos programas do mec na coordenação da secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade (secad) e a integração da modalidade fundeb que pôr-se no lugar da fundef. Em 2005, houve o aumento do orçamento, as modificações no programa, acréscimo da duração do tempo (de seis para oito meses), bem como valorização nos recursos para a formação continuada de alfabetizadores e avaliação do programa.

Ainda segundo a mesma autora, até a educação de jovens e adultos se firmar como modalidade de ensino-aprendizagem enquanto política pública estatal, várias foram às barreiras, os confrontos, os desafios, os embates, as lutas e principalmente a contribuição incansável dos movimentos sociais voltados a educação de jovens e adultos como um direito social, onde se encarregavam de ensinar e alfabetizar sem o cunho de propostas assistencialistas e conservadoras, várias foram as tentativas dos governos de elaborar programas de alfabetização com este sentido. Os traços dessa história, aqui delineadas de forma curta se modernizam nas atuais conjunturas políticas de EJA que se espalham por todo o brasil.

Considerações finais

Para realizar este trabalho de pesquisa utilizou-se como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica em livros, conceitos e concepções de autores que falam sobre a educação de jovens e adultos como política pública. O desdobramento da pesquisa mostra o quanto a EJA como política

pública pode contribuir com a excelência educacional no Brasil, ao utilizar estratégias dos movimentos educacionais e sociais a exemplo dos foruns da EJA em favor de uma educação justa de qualidade e de direito a todos.

Para tanto o intuito de melhor alcançar os objetivos da educação de EJA na sua plenitude, é preciso que o estado exerça o seu dever, principiando pela valorização dos profissionais da educação, colocando-os a disposição formação continuada, para que todos tenham qualidade na aprendizagem.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

No ensino da Educação Infantil, as instituições se aparelha de forma incisiva com a necessidade social que está culturalmente descrita. No âmbito do currículo, há a significação de como se dará a organização do trabalho pedagógico como explicitação do fazer da escola e do professor, mostrando que sucedem ações ordenadas e amparadas por uma filosofia educacional. E é neste sentido que o professor desempenha papel fundamental, visto que ele organizará o dia-a-dia das vivências que as crianças terão acesso na Educação Infantil, e bem como os procedimentos que as levarão a atingir maiores níveis de desenvolvimento.

Falar de organização remete-se a um acompanhamento e controle que objetiva detalhar as metas e prioridades dentro do trabalho docente, ou seja, a organização é uma peça chave que está intimamente ligada ao objetivo primordial da escola que é promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. É importante pontuar que a organização do trabalho pedagógico se dá em dois níveis: no da escola como um todo, com seu projeto político pedagógico e no da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica com seus alunos, através de seu planejamento e planos de aulas. Este trabalho como é mencionado por Libâneo é uma atividade global da organização que requer diligência e preparação.

"O trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando a atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado".
LIBÂNEO, 1994, p. 96)

Neste patamar de como é descrito a organização do trabalho pedagógico, o planejamento é entendido como instrumento pelo qual se estima o modo de elaborar, executar e avaliar os planos de ensino que organizam o trabalho docente.

Porquanto o planejamento norteia as possibilidades do processo de ensino aprendizagem, constituindo-se assim, em um todo ativo, visto que ao falar de planejamento deve-se inferir como sua característica principal a reflexão. São fatores do sucesso do trabalho docente a viabilidade das ações dispostas no plano de ensino durante o planejamento, que neste contexto é um documento que descreve os procedimentos fundamentais do ensino e as respectivas considerações de controle e projeções indicativas de intervenções diárias realizadas pelos educadores.

A partir da ação docente planejada pode-se problematizá-la, ampliar a compreensão teórica sobre esta, elaborando ações estratégicas compartilhadas para transformá-las. Portanto, a definição da direção política da prática educativa decorre da análise crítica da atual prática educativa, desabranchando numa perspectiva também crítica para o futuro trabalho.

A reflexão no ato do planejamento em si incube-se de fixar parâmetros e requisitos, que se destinará ao cidadão que se quer formar dentro da atual conjuntura da sociedade, prevendo quais as aprendizagens realmente significativas e contextualizadas com as quais as crianças terão acesso e evidenciando propriedades de novos conhecimentos, uma vez que, a ação de obtenção do conhecimento deriva da relação sujeito-objeto-conhecimento, neste sentido os aspectos do planejamento são articulados na totalidade das reflexões.

Tal premissa do planejamento, ou seja, da organização pedagógica nem sempre é adotada por todos os educadores, é o que encontra-se muito no contexto geral da educação, onde profissionais necessitam restaurar sua compreensão de planificação, ainda tida como mera formalidade sistêmica e burocrática, sem ação coesa, que em linhas gerais restringe-se em um mecanismo nulo.

Em nível pedagógico do sistema educativo o professor é responsável pela organização do trabalho docente observando os tramites da função maior da escola, o de democratizar os conhecimentos construídos pela humanidade ao longo da história.

Na Educação Infantil os conteúdos programáticos dos eixos oferecem propostas de encaminhamento para alcançar os objetivos traçados pelo educador, mediando as crianças a aprenderem e a construir novos conhecimentos. Nesta direção a organização pedagógica da Educação Infantil dispõe de alternativas metodológicas como o trabalho com projetos que ressurgiu com nova terminologia "Pedagogia de Projetos" que adota uma visão global e interdisciplinar dos conteúdos. Os Temas Geradores

formam as crianças na exploração de temas cíclicos ou geradores, e os Centros de Interesse que decorre da observação, associação e expressão do agrupamento de conteúdos e atividades em torno de temas centrais.

Outro fator essencial na organização do trabalho docente diz respeito a função desempenhada pela avaliação da aprendizagem. Comumente são instrumentos avaliativos encontrados na Educação Infantil os pareceres descritivos, relatórios, fichas comportamentais, etc. Esses mecanismos são geralmente uniformizados adquirindo assim uma conotação mecânica, onde acata mais os interesses da família, do que descrevem o real grau de desenvolvimento infantil.

Apreender os elementos que compõem a organização pedagógica, são centrais na organização do planejamento de ensino, pois cuida da articulação interna que estes fazem, então, as práticas pedagógicas necessitam ser resinificadas, revendo seus paradigmas, conceitos, no movimento da ação-consideração. Diante disso, a avaliação deve ser percebida como estratégia de observação no processo individual, que declara com mais precisão as reais conquistas nas experiências educativas. E não se pauta em comportamentos padronizados, mas em dados relevantes, que encaminham novas oportunidades de desenvolvimento.

Possibilidades de organização curricular para o ensino integrado

O currículo integrado vem ganhando destaque nos debates educacionais contemporâneos brasileiros, entre outros motivos, pelo fato de ter ganhado corpo em setores do Governo Federal, em alguns governos estaduais e entre alguns pesquisadores da área de trabalho e educação a proposta de construção de um ensino médio integrado.

Também porque diferentes organizações de trabalhadores do Brasil, especialmente as vinculadas aos trabalhadores rurais, tem colocado em pauta projetos educacionais que requerem um tipo de formação que enfrente a tradicional fragmentação do ensino que marca a educação escolar brasileira, que considere os saberes dos trabalhadores e que assegure a qualificação ampla e duradoura dos trabalhadores na perspectiva da transformação social. Assim, as propostas educativas que visem uma ação pedagógica integrada são colocadas como uma necessidade e como uma possibilidade de qualificação da educação escolar ofertada no âmbito do ensino médio no Brasil.

Importância da organização Pedagógica

A Pedagogia Escolar refere-se à área da Pedagogia que estuda as questões relacionadas à educação escolar e a de atuação dos pedagogos nas escolas. A escola necessita da mediação e articulação profissional do pedagogo escolar no desenvolvimento qualitativo dos processos de ensino aprendizagem que nela ocorrem. Os professores sozinhos nas salas de aula não garantem uma aprendizagem significativa aos alunos, uma aprendizagem de efetiva qualidade demanda intervenções pedagógicas e educacionais, e para tanto o profissional em questão é o coordenador pedagógico.

Esses profissionais devem ter uma formação específica e especializada na área pedagógica: uma formação que ocorra no âmbito da Pedagogia ressalta-se que a intenção, não é colocar o pedagogo como salvador da escola, mas ressaltar a sua importância na organização e gestão do trabalho pedagógico na instituição de ensino escolar. Frente a tantos preconceitos com a profissão de professor, percebe-se que a área mais hostilizada é a pedagogia.

Diante do exposto, surge a pergunta: Qual a importância do pedagogo escolar frente às novas demandas da escola pública brasileira?

A gestão escolar vem sendo objeto de estudo não apenas em nosso país, mas em muitas outras partes do mundo. E, para compreendermos melhor a gestão, observemos as palavras de Podestá (2011, p. 14) apud Blejmar, "a gestão escolar tem a ver com desenhar situações que permitam a ação coletiva. Gerir tem a ver com desenhar, estabelecer e sustentar pautas e regras que permitam que cada um possa fazer o que lhe parece e que o produto seja bom para todos". (tradução, grifo meu). Nesse sentido observa-se que dentro da gestão de uma escola há atores que se diferenciam em suas funções, mas que cada um tanto o diretor, secretário, coordenador de turno e pedagógico têm sua importância na gestão. Neste trabalho destacaremos a importância do profissional que atua no grupo gestor como coordenador pedagógico.

Escola como instituição educacional cada vez mais complexa, necessita em seu grupo gestor da mediação profissional do pedagogo escolar no desenvolvimento qualitativo dos processos de ensino e aprendizagem que nela ocorrem. As escolas públicas foram significativamente ampliadas, trazendo grandes desafios para que se garanta qualidade formativa à população, que antes estava excluída das vagas, e se apresentam hoje como campo promissor de pesquisa e observação, assim surge a Pedagogia que recentemente foi considerada uma ciência, que demonstra um diferencial das demais ciências, pois em uma simples definição Pinto (2011), diz que “É a ciência que estuda a prática educacional e suas especificidades”.

Desde a segunda metade do século XX acumulou-se, nas escolas do sistema educacional brasileiro, uma tradição significativa do trabalho desenvolvido pelos profissionais egressos dos cursos de pedagogia sendo a maioria desses em cargos de gestão. Nos anos 60, ainda sob a égide do regime militar, segundo Vasconcelos, (2004, p. 85 a 87), surge à figura do supervisor, que mais tarde é mudada para coordenador.

Na década de 1970 vários estados brasileiros instituíram concursos públicos que por um lado ajudou a combater a política clientelista e patrimonialista, pois o acesso para a maioria desses cargos era por meio de indicação política, mas como em todas as políticas públicas implementadas, há um contraponto, a partir da década de 1990, houve a flexibilização do acesso aos cargos por especialistas de ensino a professores sem a formação especializada em pedagogia, então professores com formação em outras áreas começaram também a ocupar cargos de gestão, como diretor, vice-diretor e o mais preocupante, o de coordenador pedagógico.

Muitos estados adotaram além da eleição para diretor, a eleição de seus pares, que também auxiliou no aumento da demanda. Apenas experiência docente é insuficiente para ocupar tais cargos, ressaltando-se dentre eles o de coordenador pedagógico, tendo que se exigir uma formação específica para ocupar esses cargos, pois são eles que fazem toda a articulação na escola deste a área administrativa até a pedagógica.

Para tanto o pedagogo deve ter uma formação qualificada no campo do conhecimento pedagógico, o enfrentamento de situações no cotidiano escolar exige desse profissional um preparo pedagógico e aprofundado, diferente de apenas ter experiência profissional docente, ele deve ter um aparato teórico metodológico e seria complementar, se no seu percurso profissional, já tivesse passado pelo chão da sala de aula, para melhor mediar às interações professor – aluno. Contudo, pretende-se deixar claro que o pedagogo escolar, precisa ser valorizado e respeitado em sua formação e que é também muito importante no processo ensino-aprendizagem de uma escola, para tanto se faz necessário o desenrolar de um trabalho que analise todas as vertentes não só de sua importância dentro da instituição escolar, mas analisar desde a sua formação acadêmica que ele é realmente preparado para o desempenho de tais funções e o curso de pedagogia ainda realiza um importante papel na educação e para sermos mais específicas, na escola.

Gestão, planejamento, organização coletiva, contribuem para que o contexto escolar considere a diversidade humana, econômica, social e cultural dos grupos. A efetiva participação dos segmentos da comunidade escolar, não apenas representa-se através do estudante, do professor, do funcionário, mas através de todos os envolvidos, através de todos os sujeitos da escola e à eles ligados. Para essa escola de qualidade social que respeita os indivíduos, sua historicidade, sua individualidade, seus anseios e decepções, e prima pela formação humana integral, cabe, em tamanho igual, uma organização do trabalho pedagógico comprometido com as demandas da sociedade civil organizada. Entretanto, alguns problemas ainda persistem e relacionam-se com os conselhos de classe.

Entre os problemas levantados estão: faltas (assiduidade), pontualidade, ausência do hábito de estudar em casa. Alguns encaminhamentos nesse sentido podem ser propostos como: permanecer na escola no contra turno para estudos; fazer trabalhos de pesquisas; a cada 3 atrasos, fazer contato com a família; retomar conteúdos; oportunizar recuperações paralelas, além de outras estratégias. Contudo, há outros pontos negativos que são detectados como a queixa e outros problemas específicos. Com relação às queixas, não há justificativa plausível uma vez que se percebe tão somente desabafo. Porém, há fundamentação coerente quando se trata de problema específico que, consequentemente, requer solução.

Assim, a organização do trabalho pedagógico articulado aos direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento humano, diante da formação humana integral, deve respeitar a diversidade cultural da nação

brasileira, possibilitando a compreensão referente ao engajamento da participação, o empoderamento dos sujeitos, promovendo a melhoria de condição de vida, aumentando a autonomia e impulsionando os indivíduos. Deste modo, o empoderamento também pode ser definido como algo mais do que trabalhar conceitos, consiste na apropriação da herança cultural adicionando-se conhecimentos científicos trabalhados à luz do que há nas entrelinhas, no que há na intenção de cada sujeito que trabalha, que escreve, que atua na sociedade. Refere-se ao ler o que não está exposto, na coragem para discordar, para posicionar-se, para questionar.

[illegible]

Transversalidade, Transdisciplinaridade E Interdisciplinaridade No Ensino Fundamental

Transversalidade

Termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos.

A partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

A transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos.

Transdisciplinaridade

Trata-se de um movimento, um conceito e uma prática que está em processo de construção e desenvolvimento dentro das ciências e do ensino das ciências, sendo estes, dois campos distintos nos quais a interdisciplinaridade se faz presente.

Definir um objeto que está em construção, co-existindo com aquele que o estuda é uma tarefa difícil e até certo ponto parcial, uma vez que este objeto está se transformando e se alterando, assim, toda discussão sobre interdisciplinaridade é passível de análise comparativa com o material contemporâneo sobre o tema até que este esteja melhor desenvolvido e articulado, muito mais pela prática do que pela teoria, uma vez que a interdisciplinaridade esta acontecendo, e a partir disso, uma teoria tem sido desenvolvida.

Um estudo epistemológico é proveitoso para a delimitação do tema: Existem quatro palavras que são particularmente relacionadas entre si e todas delimitam uma abordagem científica e educacional:

Pluridisciplinaridade; Multidisciplinaridade; Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade.

O que há em comum nestas palavras é a palavra disciplinaridade/disciplina, que deve ser entendida como aquelas "fatias" dos estudos científicos e das disciplinas escolares, tais como matemática, biologia, ciências naturais, história, etc. e de um esforço em superar tudo o que esta relacionado ao conceito de disciplina. Assim, interdisciplinaridade é parte de um movimento que busca a superação da disciplinaridade.

Interdisciplinaridade

REFERÊNCIAS

Os links citados abaixo servem apenas como referência. Nos termos da lei brasileira (lei no 9.610/98, art. 8º), não possuem proteção de direitos de autor: As ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais; Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios; Os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções; Os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais; As informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas; Os nomes e títulos isolados; O aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

Caso não concorde com algum item do material entre em contato com a Domina Concursos para que seja feita uma análise e retificação se necessário

A Domina Concursos não possui vínculo com nenhuma banca de concursos, muito menos garante a vaga ou inscrição do candidato em concurso. O material é apenas um preparatório, é de responsabilidade do candidato estar atento aos prazos dos concursos.

A Domina Concursos reserva-se o direito de efetuar apenas uma devolução parcial do conteúdo, tendo em vista que as apostilas são digitais, isso, [e, não há como efetuar devolução do material.

A Domina Concursos se preocupa com a qualidade do material, por isso todo conteúdo é revisado por profissionais especializados antes de ser publicado.



Prezado cliente,

É com imensa satisfação que expressamos nossa profunda gratidão pela sua escolha em adquirir suas apostilas de estudos conosco. A preferência pelo nosso serviço é motivo de grande alegria e reforça nosso compromisso em fornecer materiais de alta qualidade para contribuir efetivamente em seu caminho educacional.

Aqui na nossa loja, dedicamo-nos diariamente para oferecer produtos que atendam não apenas às suas necessidades de aprendizado, mas que também superem suas expectativas. Cada compra realizada é um voto de confiança em nossa equipe, e estamos comprometidos em corresponder a essa confiança através de excelência em produtos e atendimento.

Saiba que sua decisão de confiar em nós para sua jornada de estudos é valorizada e respeitada. Estamos sempre empenhados em aprimorar nossos serviços para garantir que sua experiência seja positiva e produtiva. Se houver algo específico que possamos fazer para melhor atendê-lo, por favor, não hesite em nos informar.

Agradecemos por fazer parte da nossa comunidade de clientes e por escolher a qualidade e confiabilidade das nossas apostilas. Estamos ansiosos para continuar a servi-lo com dedicação e comprometimento.

Atenciosamente, Domina Concursos.



contato@dominaconcursos.com.br



WhatsApp (48) 9.9695-9070



Rua Aracatuba, nº 45,
Centro, Criciúma/SC - CEP
88810-230